

A recente publicação do livro *A interiorização da metrópole e outros estudos* traz à público três importantes artigos de Maria Odila Leite da Silva Dias outrora publicados entre 1968 e 1976. Três artigos fundamentais por terem marcado de modo muito significativo o curso do debate historiográfico desde a década de 1970. É, portanto, muito bem vinda a iniciativa da editora Alameda em publicar essa obra, facilitando assim o acesso a esse importante conjunto de textos, promovendo assim uma re-visitação a esta importante contribuição da autora em termos dos debates atuais na historiografia sobre o Brasil colonial, mais particularmente, aquela que tem tratado da virada do século XVIII para o XIX.

Cumpra assim destacar o modo inovador pelo qual Maria Odila Dias provocou a historiografia dedicada ao estudo das heranças coloniais e da formação das elites luso-brasileiras, ao então propor um enfoque mais ampliado de leitura do passado colonial, inserindo-os no âmbito da dinâmica político-econômica do império ultramarino português. Se essa estratégia de análise era então deveras inovadora, hoje ela encontra grande adesão por parte de vários historiadores, constituindo-se numa área forte de estudos no interior da historiografia que tem tratado da sociedade colonial brasileira. Basta lembrar apenas dois exemplos importantes: *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, coletânea organizada por Júnia Furtado, publicada pela editora da UFMG, e *O Antigo Regime nos Trópicos – a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*, obra organizada por João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, editada pela editora Civilização Brasileira, ambos publicados no ano de 2000.

Maria Odila Dias desenvolveu seus primeiros estudos em História do Brasil na Universidade de São Paulo, trabalhando sob a orientação de Sérgio Buarque de Hollanda. Posteriormente, vinculou-se profissionalmente a essa universidade, chegando à posição de professora titular. Mais recentemente, ingressou no corpo docente do Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Maria Odila Dias publicou diversos artigos e livros ao longo de sua trajetória acadêmica, mas foi sem sombra de dúvidas o seu artigo "A interiorização da metrópole", publicado a primeira vez, em 1972, na coletânea organizada por Carlos Guilherme Motta, *1822 Dimensões*, o texto que mais profundamente marcou o conjunto da historiografia brasileira.

Se em "Aspectos de ilustração no Brasil", publicado pela primeira vez, em 1968, na *Revista Brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a autora já então anunciava os fundamentos mais importantes de sua estratégia interpretativa: a existência de uma elite luso-brasileira em fins do século XVIII, que como "semente de integração" atuava em favor da criação de um "novo império nos trópicos", aproximando assim Lisboa do Rio de Janeiro em termos burocráticos. Em "A interiorização da metrópole", portanto, a autora fundamentou sua análise com conteúdos mais substan-

tivos, ao considerar o processo de *"enraizamento de novos capitais e interesses portugueses em associação a classe nativa"* do Rio de Janeiro, por ocasião da vinda da Corte para a América portuguesa.

Nesse sentido, merece destaque a influência da obra e da orientação de Sérgio Buarque de Holanda, na abordagem empreendida por Maria Odila Dias. Para ele, segundo apontado pela própria autora, a noção de *herança colonial* só seria compreensível em termos das *"sobrevivências arcaicas que insistiam em confrontar-se com forças renovadoras do devir histórico"*. Nesse sentido, a noção de *herança* só poderia ser entendida e aplicada enquanto uma estratégia de *"interpretação de um processo temporal no sentido de não admitir senão determinações contextuais"* (Texto introdutório, *Raízes do Brasil*, Coleção *Intérpretes do Brasil*, coordenação de Silvano Santiago, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 2000, vol. 3, pp. 912 e 821). De Sérgio Buarque, Maria Odila Dias herdou uma profunda aversão à *"conformações de pensamentos pré-fixados"*.

Em "A interiorização da metrópole", a autora propôs um corte radical com os modos de interpretação historiográficos, então vigentes, ao afirmar a marca de 1808 como o ponto de mutação mais fundamental no desenrolar da ruptura do Brasil com Portugal. Ao empreender essa inovação, Maria Odila Dias inter-relacionou diversos fatores, revelando uma extraordinária sensibilidade em perceber e destacar o peso preponderante de certas dinâmicas sócio-econômicas e políticas no império português. Elegendo a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro como ponto chave de iniciação da ruptura do vínculo político, a autora pôde destacar a importância de diversas reformas moderadas sendo então exercitadas na forma de ser da governação portuguesa, bem como o papel das tensões sociais verificadas na região do Porto no norte de Portugal, e o enraizamento do próprio estado português no centro-sul da América portuguesa. Quadro complexo de variantes que, segundo a autora, ia pouco a pouco transformando a *colônia* em *metrópole interiorizada*.

Nesse sentido, Maria Odila Dias entrecruzou fatores econômicos derivados do processo de gestação das redes de abastecimento mais amplas que, pouco a pouco, iam surgindo ao redor do Rio de Janeiro, com os novos fundamentos políticos que, progressivamente, iam sendo instituídos na nova sede do império em face da presença física da corte portuguesa naquele sítio. Políticas específicas foram implementadas pela coroa no sentido da abertura de estradas em prol da melhoria das comunicações entre as diversas capitânicas, do estímulo ao povoamento via a doação de sesmarias, o incentivo à migração estrangeira e a concessão de diversos tipos de insumos.

Segundo a autora, a *"tarefa de reforma e construção"* acabou por *"absorver os esforços de ilustrados brasileiros"* no âmbito do Estado português instalado no Rio de Janeiro, abrindo assim espaço para o surgimento daquilo que ela definiu como sendo a *"geração da independência"*. Argumentação essa, que Maria Odila Dias já havia desenvolvido com grande erudição em seu texto de 1968, citado anteriormente. Contribuição inovadora que então viria abrir novos rumos na historiografia dedicada ao estudo do período.

Foi a partir do estudo que realizou como tese de doutoramento, intitulado *O fardo do homem branco, Robert Southey, historiador do Brasil* (São Paulo: Ed. Nacional, 1974. Col. Brasileira), acerca da análise da obra desse

historiador inglês, que a autora esboçou com mais profundidade sua discordância com a matriz historiográfica então dominante no Brasil que entendia as relações entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira como marcadas por uma visão dicotômica e irreconciliável. Salientava que, já para este autor, a obra da colonização era constituída do "*lento enraizamento dos costumes e das tradições, até que se esboçassem os germes de um futuro Estado nacional*" (DIAS, 1974. p. 231). Para ele "*o mais importante num empreendimento colonial era o transplante das instituições e a consolidação de um novo Estado, como desdobramento da metrópole*" (p. 197-8).

Passaram-se os anos e a abordagem da autora continua sendo referência importante para os historiadores que estudam esse período. Num primeiro momento, seu trabalho serviu de referência para se buscar a compreensão da maneira como a transferência da corte contribuiu para o lento enraizamento dos interesses mercantis no centro-sul, destacando-se, entre os trabalhos orientados pela autora, *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*, de Alcir Lenharo. A tendência atual, entretanto, é perceber que os elementos destacados por Maria Odila Dias já se faziam presentes antes de 1808, tanto no império português, quanto no Brasil colonial.

Exemplo precursor desse tipo de percepção é o trabalho desenvolvido pelo historiador inglês Kenneth Maxwell, que já mesmo em 1968, publicou, no importante periódico acadêmico norte-americano *Hispanic American Historical Review*, o seu artigo "Pombal and the nationalization of the Luso-Brazilian economy". Texto inovador, que viria então analisar a forma muito particular como as reformas econômicas e políticas operadas pela coroa portuguesa, no período pombalino, se basearam em grande medida na estratégia de articular de modo mais direto os produtores *americanos* aos comerciantes reinóis. Passados cinco anos, o mesmo autor publicou ainda o seu célebre artigo "The generation of the 1790's and the idea of Luso-Brazilian Empire", na coletânea organizada por Dauril Alden, intitulada *The colonial roots of modern Brazil* (Berkeley, 1973). Texto que passou, a partir de então, a embasar uma nova forma de se considerar as relações travadas entre diversos segmentos das elites portuguesas – reinóis e ultramarinas – em fins do século XVIII, tendo o autor identificado já naquele contexto a formulação de um projeto imperial luso-brasileiro. Ou seja, muito antes mesmo da vinda da família real para o Rio de Janeiro no início do século seguinte. Análise essa, profundamente coadunada com o estudo clássico do mesmo autor sobre a inconfidência mineira, publicado na Inglaterra, naquele mesmo ano de 1973, traduzido no Brasil como *A devassa da devassa*.

Ambos os autores, trabalhando concomitante, inauguram assim uma nova linha de interpretação historiográfica no interior da historiografia do período colonial. Linha essa marcada por uma profícua insistência em compreender o Brasil setecentista como parte integrante do império português de então. Parte essa, que interagiu com as dinâmicas sócio-econômicas e políticas que então mobilizavam a monarquia na formulação de suas principais políticas e estratégias governativas.

Outros autores já haviam antes chamado a atenção para importância de aspectos que sinalizavam fortemente em favor desse tipo de leitura. Se décadas antes, Raimundo Faoro, em seu clássico estudo *Os donos do poder*, já havia chamado atenção para a importância da "*função pública*"

na formação dos grupos de poder existentes na América portuguesa, constituindo-se em chave do processo de formação da autoridade no Brasil colonial, Sérgio Buarque de Holanda, logo a seguir em 1962, viria destacar a importância dos estudos dedicados a análise das "*herança(s) coloniali(s)*". Pouco tempo depois, em 1968, o historiador inglês Charles Boxer igualmente destacaria o papel preponderante do processo de ocupação de cargos no âmbito das câmaras concelhias e das santas casas de misericórdia, por parte de membros das elites locais, em termos da estruturação da autoridade da coroa em todo o império português. Contudo, foi com o trabalho da Professora Maria Odila Dias que a maior parte dos historiadores brasileiros, trabalhando nas décadas de 1970 e de 1980, aprendeu a de fato prestar maior atenção no peso preponderante das dinâmicas imperiais no interior da sociedade colonial como um todo.